



# **Município de São Martinho**

**Estado de Santa Catarina**

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

## **ANEXO II**

### **RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

#### **DO PODER EXECUTIVO QUE ACOMPANHA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO**

Dada a sua relevância, o Controle Interno na Administração Pública constitui determinação de índole constitucional. Dispõe o artigo 31 da Constituição Federal que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Por sua vez o artigo 74 da Magna Carta estabelece que o Sistema de Controle Interno deve ter atuação sistêmica e integrada com o controle externo exercido pelo Poder Legislativo, com apoio do Tribunal de Contas. Veja-se:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal que tem por escopo fundamental o equilíbrio das contas públicas, demonstra claramente ser imprescindível a existência e, principalmente, a eficiência do Controle Interno para a consecução de tal desiderato. O artigo 59 da LRF dispõe:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

a:

- I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;
- II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;
- III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;
- IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;
- VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

A nível estadual a Lei Orgânica do Tribunal de Contas (Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000) dispõe sobre o controle interno em seus artigos 60 a 64. Importante salientar o conteúdo do artigo 61 do referido diploma legal:

Art. 61. No apoio ao controle externo, os órgãos integrantes do sistema de controle interno deverão exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- I - organizar e executar, por iniciativa própria ou por determinação do Tribunal de Contas do Estado, programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios;
- II - realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer;
- e
- III - alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas no caput do art. 10 desta Lei.

No âmbito municipal a instituição, organização, atribuições, atividades e demais disposições relativas ao Sistema de Controle Interno estão estabelecidas em Lei Municipal. O município estruturou o Controle Interno através de Lei Complementar, visando dar suporte ao Sistema de Controle Interno Municipal, bem como cumprir o que determina o disposto no artigo 113 da Constituição Federal de 1988, artigo 119 da Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Complementar Estadual nº 246, de 09 de junho de 2003.



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

## Considerações Iniciais

Considerando o que prevê a instrução normativa nº TC-0020/2015, art. 7º, II, da Egrégia Corte de Contas do Estado de SC, encaminha-se o Relatório sobre as contas de governo relativamente ao exercício de 2022.

Alguns itens previstos no art. 8º e Anexo II da Instrução Normativa TC-20/2015 foram definidos como de envio facultativo ao Tribunal de Contas de Santa Catarina, conforme Portaria N. TC-0032/2023. Considerando a dificuldade de análise dos dados facultados, este Controle Interno optou em não considerar os referidos itens nesse Relatório.

**PORTARIA N. TC-0032/2023** Trata das prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2022, a serem apresentadas em 2023.

Art. 1º. Fica facultada para as prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2022, a serem apresentadas em 2023, a remessa das seguintes informações, constantes da Instrução Normativa N. TC-020/2015, de 31 de agosto de 2015: (...) II - incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI e XX, do Anexo II – conteúdo mínimo do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo que acompanha a Prestação de Contas do Prefeito; (...).



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

## I - Informações e Análise Sobre Matéria Econômica, Financeira, Administrativa e Social:







# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

## Histórico do Município

O município de São Martinho foi colonizado por colonizadores, oriundos da Westfália, no noroeste da Alemanha, chegaram a São Martinho no final do século XIX, por volta de 1860. Foram eles os responsáveis pelo início do desenvolvimento econômico da cidade. Construíram suas casas, abriram estradas e ruas, construíram as primeiras escolas e igrejas.

Primeiramente, a colônia recebeu o nome de Praia Redonda, por ter uma praia com formato arredondado, mas no ano de sua emancipação, em 1962, passou a chamar-se São Martinho, em homenagem ao padroeiro de várias comunidades alemães.

Até hoje, suas tradições são preservadas no dia-a-dia dos habitantes de São Martinho, nas casas em estilo enxaimel, nos jardins floridos, nos cafés coloniais, no idioma falado nas ruas, na dança, na música, na gastronomia, no modo de ser e de viver.

O Município de São Martinho é conhecido por suas belezas naturais, pela cultura germânica, pela produção de produtos coloniais e artesanais, por sua culinária típica, além da hospitalidade de seu povo, refletindo positivamente no resgate e na preservação das manifestações culturais em todo o município.

Considerada pela Embratur como uma das capitais nacionais do Turismo Rural, a população se responsabiliza em receber muito bem os turistas, fabricando e vendendo deliciosos produtos caseiros.

## Aspectos Sócio Econômicos

**Eleitores:** 3.238 eleitores (fonte: TSE / ano 2022)

**IDHM:** 0,742 (fonte: IBGE / ano 2010)

**PIB per capita:** R\$ 28.258,76 (fonte: IBGE / ano 2020)

**População estimada:** 3.162 habitantes (fonte: IBGE / ano 2021)

## Aspectos Gerais

**Prefeito:** Robson Jean Back

**Vice – Prefeito:** Jerry Luiz Steiner

**Endereço da Prefeitura:** Rua Francisco Beckhauser, nº 70, Centro, CEP: 88.765-000

**Endereço da Câmara de Vereadores:** Avenida Frederico Schumacher, nº 53, Centro, CEP: 88.765-000

**Data de criação:** 14 de novembro de 1962



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

**Data de instalação** 30 de dezembro de 1962

**Data do aniversário:** 14 de novembro

**Lei de criação:** 854 de 14 de novembro de 1962

## Aspectos Geográficos

**Localização Geográfica:** 28°09'54 S, 48°58'44 W

**Altitude:** 38 metros

**Município de origem:** Imaruí

**Municípios limítrofes:** Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, Armazém, Imaruí, São Bonifácio e Paulo Lopes.

**Área Total:** 224,566 km<sup>2</sup> (fonte: IBGE / ano 2021)

**Gentílico:** São Martinhense

**Região Turística:** Encantos do Sul

**Microrregião:** Microrregião de Tubarão

**Associação dos Municípios:** AMUREL - Associação dos Municípios da Região de Laguna

**Distância da Capital:** 124 km

## Aspectos Administrativos

Para atender os diversos serviços públicos prestados aos munícipes, o poder executivo municipal possui uma estrutura administrativa composta das seguintes secretarias:

- Secretaria de Governo;
- Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças;
- Secretaria de Saúde e Saneamento;
- Secretaria de Educação e Esporte;
- Secretaria de Assistência Social e Habitação;
- Secretaria de Infraestrutura;
- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- Secretaria de Turismo e Cultura.

Contando com um quadro de servidores efetivos, temporários e comissionados, lotados nos mais diversos órgãos da administração.

*Fontes: Portal Municipal <<http://www.saomartinho.sc.gov.br>>; Portal do TCE/SC - Informações dos Municípios <<http://servicos.tce.sc.gov.br/sic/homesic.php#>>; IBGE <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-martinho/panorama>>.*



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

## a) Análise da situação Econômica e financeira do Município

Principais indicadores financeiros e econômicos	
Liquidez Financeira	Até Período
(+) Ativo Financeiro	10.449.845,68
(-) Passivo Financeiro	4.060.121,42
<b>Déficit/Superávit</b>	<b>6.389.724,26</b>
Liquidez Corrente	Até Período
(+) Ativo Circulante	11.265.804,10
(-) Passivo Circulante	6.095.885,27
<b>Déficit/Superávit</b>	<b>5.169.918,83</b>
Despesa Corrente X Receita Corrente	Até Período
(-) Despesas Correntes	22.104.387,91
(+) Receitas Correntes	25.574.309,99
(+) Transferências Recebidas	0,00
<b>Déficit/Superávit</b>	<b>3.469.922,08</b>
<b>%</b>	<b>86,43</b>
Evolução do Patrimônio Líquido	Até Período
(+) PL Final	32.676.339,34
(-) PL Inicial	31.184.150,72
<b>Déficit/Superávit</b>	<b>1.492.188,62</b>

## b) Análise sobre a Situação Administrativa

### Política de RH:

A Lei Municipal nº 499/1990 de 14 de dezembro de 1990 instituiu o regime jurídico único estatutário para os servidores de cargos de provimento efetivo, em comissão e ocupante de empregos em caráter temporário da Administração Pública Direta da prefeitura Municipal de São Martinho. O Município adota para seus servidores o Regime Geral de Previdência Social.

O controle de ponto dos servidores públicos efetuava-se através de livro ponto dispostos em cada local de trabalho. No exercício de 2017 iniciou-se a implantação de pontos eletrônicos onde o controle de ponto é feito por meio de captura biométrica,



## **Município de São Martinho**

**Estado de Santa Catarina**

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

garantindo assim eficiência, segurança e precisão no controle de fluxo da jornada de trabalho dos mesmos.

Os treinamentos e capacitações são oferecidos aos servidores sempre que surge a necessidade de atualização, em especial quando há alguma mudança em legislações que ocasionam em mudanças de rotinas administrativas, dentre outras.

Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.

Após cada quinquênio de serviço público prestado como efetivo, o servidor fará jus a uma licença com remuneração como prêmio pelo período de 3 (três) meses, facultado o fracionamento em 3 (três) parcelas e não inferior a 1 (um) mês cada, vedada a compensação de faltas.

A estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de São Martinho foi reorganizada com a Lei Complementar nº 025/2017 de 02 de outubro de 2017.

O estatuto dos servidores públicos de São Martinho foi reformulado com a Lei Complementar nº 027/2018 de 25 de abril de 2018. A nova proposta deu-se pela necessidade de adequação à modernidade da legislação vigente, tendo em vista que o estatuto vigente era do ano de 1976. Importante ressaltar que os servidores do magistério municipal, apesar de serem regidos pelas regras deste estatuto, possuem regulamento próprio, que contemplam regramentos pertinentes da classe. Estatuto esse que também foi reformulado através da Lei Complementar nº 029/2018 de 05 de julho de 2018.

O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Estatutários Ativos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal também foi reformulado com a Lei Complementar nº 030/2019 de 26 de julho de 2019. A nova proposta deu-se com vistas a criar, extinguir e organizar cargos e vagas de provimento efetivo, visando assegurar a eficiência da ação administrativa e a qualidade do serviço público.

Outro ponto que também recebeu atualização em 2019 foi a lei que disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

A administração ao longo da gestão veio realizando diversas reformas estruturantes, visando o aperfeiçoamento da legislação local, tendo em vista que a grande parte das leis importantes do município são anteriores a Constituição Federal.





# **Município de São Martinho**

**Estado de Santa Catarina**

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

O Departamento de Recursos Humanos sempre busca a valorização do funcionalismo público, buscando melhorias nas condições de trabalho, qualificação profissional e orientando os servidores tanto dos direitos quanto dos deveres. Desenvolve ações preventivas e alerta o poder público quanto à necessidade de adequações às legislações vigentes.

## **Condições de Trabalho:**

A administração busca sempre manter as condições de trabalho dos servidores adequadas. No que diz respeito a ambiente e equipamentos são observadas as instalações e equipamentos e sempre que necessário são desenvolvidas ações para resolver os problemas que aparecem.

O LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho é atualizado anualmente. O PPP – Perfil Profissiográfico Previdenciário é entregue aos servidores sempre que solicitado. No último exercício houve a necessidade de abertura de apenas uma CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho na entidade.

## **Processos Internos:**

De maneira geral, a comunicação entre os diversos setores é feita por meio de e-mails, ofícios, memorandos, circulares, requerimentos ou mesmo notificações, de acordo com a necessidade do assunto a ser tratado entre os setores e/ou servidores.

Destaque-se que os e-mails são utilizados preferencialmente contas institucionais para dar continuidade nos trabalhos das entidades.

Em meados de 2017 a Prefeitura Municipal de São Martinho locou com a empresa 1 Doc Tecnologia Ltda – Me um sistema informatizado de comunicação interna, gestão documental, protocolo, processo e ouvidoria possibilitando uma maior integração entre os setores.

Também em 2017 a Prefeitura aderiu ao sistema Betha Servidor Público, que depois veio a migrar para o Minha Folha, onde cada funcionário tem acesso on-line aos seus dados cadastrais e pode efetuar a emissão de relatórios, informe de rendimentos, folha de pagamento e espelho do ponto.

## **Governança em Tecnologia da Informação:**

A administração terceiriza os serviços da área de TI, pois não possui essa função no seu quadro de funcionários.



# **Município de São Martinho**

**Estado de Santa Catarina**

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Em 2017 todos os computadores da administração foram formatados, buscando-se um maior desempenho das máquinas e visando a segurança visto que foram efetuados vários bloqueios nos equipamentos. Nesse processo foram efetuados backups dos arquivos das diversas máquinas no servidor garantido a guarda de informações importantes. Também foram criadas pastas compartilhadas permitindo aos usuários a integração entre os setores.

A Prefeitura contava com uma velocidade de internet de 30 MB distribuídos entre os usuários, em 2019 alterou para 200 MB, o que resultou em uma otimização no fluxo de trabalho dos servidores

O Portal Municipal está em constante atualização permitindo aos cidadãos acesso as notícias, calendário de eventos, dados sobre o município, serviços de atendimento, informações relativas à transparência e demais informações municipais.

O Portal das Leis Municipais no qual o município está inserido apresenta a legislação de forma consolidada e atualizada, demonstrando transparência e visando facilitar o acesso e o conhecimento das leis do município.

O Decreto Lei nº 3.327/2017 de 28 de setembro de 2017 regulamentou o acesso à informação pública pelo cidadão possibilitando ao poder executivo cumprir com eficiência e efetividade as determinações da Lei Federal 12.527/11, estabelecendo regras para a gestão das informações e documentos públicos e sigilosos gerados por este poder.

O Decreto Lei nº 3.484/2018 de 31 de outubro de 2018 regulamentou no âmbito do Município de São Martinho, os dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário de serviços públicos da administração pública de que trata o §3º do artigo 37 da Constituição Federal.

Alguns setores utilizam sistemas informatizados para atender as necessidades e desempenhar as atividades do dia-a-dia. Em 2021 os sistemas informatizados de gestão foram migrados para a tecnologia cloud, visando melhorar o atendimento ao cidadão e otimizar os trabalhos dentro da prefeitura.

As publicações oficiais que antes eram efetuadas no Mural, em 2021 passaram a ser efetuadas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, dando maior publicidade e transparência aos atos públicos.



## **Município de São Martinho**

**Estado de Santa Catarina**

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

### **c) Análise da Atuação da Gestão em Relação aos Aspectos Sociais**

O Fundo Municipal de Assistência Social é o responsável pela execução dos programas de política pública da área social no município. Atualmente conta com equipe de assistente social e gestora municipal, que em conjunto com os outros servidores do fundo, visam atender os princípios de cada programa social instituído no município. Desta forma atendem os munícipes que necessitam dessa política pública juntamente com a rede intersetorial do município.

Das ações realizadas na área social atendem-se indivíduos em dois tipos de proteção social: Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais por meio de oferta dos programas e Proteção Social Especial, destinada aos munícipes que se encontram em situação de risco e que possuem seus direitos violados. Entretanto, todas as ações planejadas pela rede visam à melhoria na qualidade e dignidade da vida do ser-humano.

A Secretaria de Saúde conta com a equipe de profissionais, que objetivam os princípios básicos de cada programa, atender os munícipes objetivando a melhoria na qualidade de vida.

A secretaria de Educação e Esportes participa de Projetos Sociais desenvolvidos na cidade, organizados por outras secretarias. Oferece atividades esportivas, principalmente o futsal, que é muito procurado pela sociedade. Desenvolve projetos nas escolas envolvendo a comunidade escolar, promovendo assim a integração social. Oferece transporte escolar para projetos educativos realizados em outras comunidades ou municípios.

O Ginásio Municipal de Esportes Francisco Eing foi fechado para reforma em 2022 e toda a sua estrutura recebeu melhoria. Na parte externa, calçadas foram construídas, paredes foram pintadas e o telhado foi 100% revitalizado. Já na parte interna, além da iluminação em LED, oferecendo mais conforto aos visitantes e economia à administração, as arquibancadas e quadra receberam novas pinturas, almofadadas foram instaladas para proteger os atletas, novas redes foram posicionadas e os banheiros e vestiários foram ampliados.

A Secretaria de Turismo e Cultura também apresenta sua contribuição em relação aos aspectos sociais, visto que o turismo é um fenômeno social de grande importância econômica para o município, em termos de geração de emprego e renda, que consequentemente melhora a qualidade de vida dos moradores locais, quanto no aspecto social e econômico.

Foi instituído pela Lei Municipal nº 1933/2019 de 29 de abril de 2019 o



# Município de São Martinho

**Estado de Santa Catarina**

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, constituindo-se um órgão colegiado de composição entre o poder público e a sociedade civil, de caráter permanente, com funções deliberativas e consultivas, reestruturado através da presente Lei, elegendo a promoção e o incentivo turístico como fator de desenvolvimento sustentável, social, econômico e ambiental, nos termos do artigo 180 da Constituição Federal. O Conselho Municipal de Turismo tem por objetivo assessorar o Poder Executivo nas questões referentes ao desenvolvimento turístico do Município de São Martinho, orientando e promovendo sua difusão, auxiliando na implementação da política municipal de turismo.

Em 2019 foi criada uma logomarca oficial para o município que passará a ter uma marca para representá-lo e, conseqüentemente, irá fomentar o desenvolvimento local fortalecendo a economia, especialmente, o setor turístico e cultural. Deverá beneficiar também as agroindústrias, além de estreitar laços com a população, aumentando a autoestima local e representando a cultura, a história e a tradição do povo saomartinhense.

Iniciou em 2019 o Programa Cidade Empreendedora em São Martinho. Criado pelo Sebrae/SC, o projeto visa transformar a realidade de cidades catarinenses através de iniciativas em prol do desenvolvimento. Além disto, o Sebrae/SC, como um organismo de apoio para pequenos empreendedores, tem o objetivo de criar um ambiente favorável aos pequenos negócios. Desta forma, propõe o desafio da parceria aos municípios para alavancar suas respectivas economias. O programa foi criado para o desenvolvimento do município como um todo, oferecendo desde soluções para a gestão até benefícios para micro e pequenas empresas existentes e oportunidades para a abertura de novos negócios. Trata-se de um programa-padrão do Sebrae, mas também flexível de acordo com a realidade e necessidade de cada prefeitura.

Após seis anos desativado, o “Museu Histórico de São Martinho” foi reinaugurado em 2020. O acervo do museu faz referência a história, a identidade e a memória do município, com peças de época doadas ao projeto. Além do novo espaço, localizado na Secretaria de Atendimento ao Turista, no centro do município, a nova estrutura também possui um espaço para exposições temporárias.

A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente em parceria com a Rota.Vet realizou no dia 1º de outubro de 2022, um mutirão de castração social para cães e gatos de rua e particulares. Mais de 50 animais, entre cães e gatos, foram castrados durante o primeiro mutirão de castração social do município.



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

## **IX - Avaliação do Cumprimento dos Limites Previstos na Lei Complementar nº 101/2000 Relativos a Despesas com Pessoal, Operações de Crédito, Endividamento e do Cumprimento das Metas Fiscais:**

Dispõe o artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- I - União: 50% (cinquenta por cento);
- II - Estados: 60% (sessenta por cento);
- III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

O artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que:

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(...)

III - na esfera municipal:

- a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;
- b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

O parágrafo único do artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece como limite prudencial o valor de gastos com pessoal até o limite de 95% do percentual máximo estabelecido. Ultrapassado o limite prudencial medidas de contenção de gastos deverão ser adotadas. Veja-se a redação do mencionado parágrafo único do artigo 22 da LRF:

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

- I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- II - criação de cargo, emprego ou função;
- III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de





# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

## Despesa com Pessoal:

Gastos com Pessoal No Exercício		Limite		Atingido	
Consolidado	Prudencial	57,0%	R\$ 13.882.009,34	42,05%	R\$ 10.240.708,40
	Máximo	60,0%	R\$ 14.612.641,41		
Executivo	Prudencial	51,3%	R\$ 12.493.808,41	38,55%	R\$ 9.387.608,78
	Máximo	54,0%	R\$ 13.151.377,27		
Legislativo	Prudencial	5,7%	R\$ 1.388.200,93	3,50%	R\$ 853.099,62
	Máximo	6,0%	R\$ 1.461.264,14		

## Comentário:

A despesa total com pessoal no (exercício móvel = Janeiro/2022 a Dezembro/2022) foi de R\$ 10.240.708,40, correspondendo a 42,05% da receita corrente líquida ajustada – R\$ 24.354.402,35, não excedendo o limite máximo de 60% (sessenta por cento) da citada receita, fixado no artigo 19, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000 c/c artigo 169 da Constituição Federal.

A despesa de pessoal do Poder Legislativo no (exercício móvel = Janeiro/2022 a Dezembro/2022) importou em R\$ 853.099,62, correspondendo a 3,50% da receita corrente líquida ajustada, não excedendo o limite máximo de 6% (seis por cento) da citada receita que cabe ao Poder Legislativo, fixado no artigo 20, inciso III, “a”, da Lei Complementar nº 101/2000.

A despesa de pessoal do Poder Executivo no (exercício móvel = Janeiro/2022 a Dezembro/2022) importou em R\$ 9.387.608,78, correspondendo a 38,55% da receita corrente líquida ajustada, não excedendo o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da citada receita corrente que cabe ao Poder Executivo, fixado no artigo 20, inciso III, “b”, da Lei Complementar nº 101/2000.

Abaixo demonstrativo detalhado por bimestre dos índices da despesa de pessoal referente ao exercício de 2022:



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

2022			
	Executivo	Legislativo	Consolidado
90%	Limite de Alerta 48,60 %	Limite de Alerta 5,4 %	Limite de Alerta 54 %
95%	Limite Prudencial 51,30 %	Limite Prudencial 5,7 %	Limite Prudencial 57 %
100%	Limite Máximo 54 %	Limite Máximo 6 %	Limite Máximo 60 %
1º Bimestre	41,19	3,61	44,80
2º Bimestre	39,70	3,51	43,21
3º Bimestre	38,42	3,45	41,87
4º Bimestre	38,02	3,47	41,49
5º Bimestre	39,27	3,50	42,77
6º Bimestre	38,55	3,50	42,05

Percebe-se que o índice de pessoal consolidado diminuiu de 44,80% no 1º bimestre para 42,05% no 6º bimestre.

Segue demonstração dos dados dos exercícios anteriores para melhor conhecer o comportamento histórico dos gastos com pessoal do município:

2012: Executivo: 44,12% - Legislativo: 3,42% - Total: 47,54%  
 2013: Executivo: 41,72% - Legislativo: 4,12% - Total: 45,84%  
 2014: Executivo: 44,22% - Legislativo: 4,07% - Total: 48,29%  
 2015: Executivo: 46,60% - Legislativo: 4,38% - Total: 50,99%  
 2016: Executivo: 46,40% - Legislativo: 4,42% - Total: 50,82%  
 2017: Executivo: 51,10% - Legislativo: 4,56% - Total: 55,66%  
 2018: Executivo: 50,82% - Legislativo: 4,37% - Total: 55,19%  
 2019: Executivo: 45,09% - Legislativo: 3,88% - Total: 48,97%  
 2020: Executivo: 47,78% - Legislativo: 4,46% - Total: 52,24%  
 2021: Executivo: 41,98% - Legislativo: 3,73% - Total: 45,71%  
 2022: Executivo: 38,55% - Legislativo: 3,50% - Total: 42,05%

Abaixo comparativos detalhados por bimestre dos índices da despesa de pessoal dos últimos três anos:



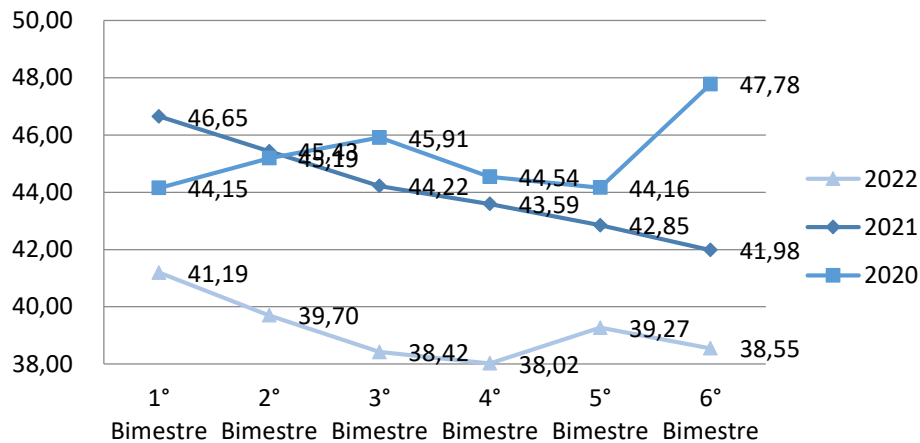
# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

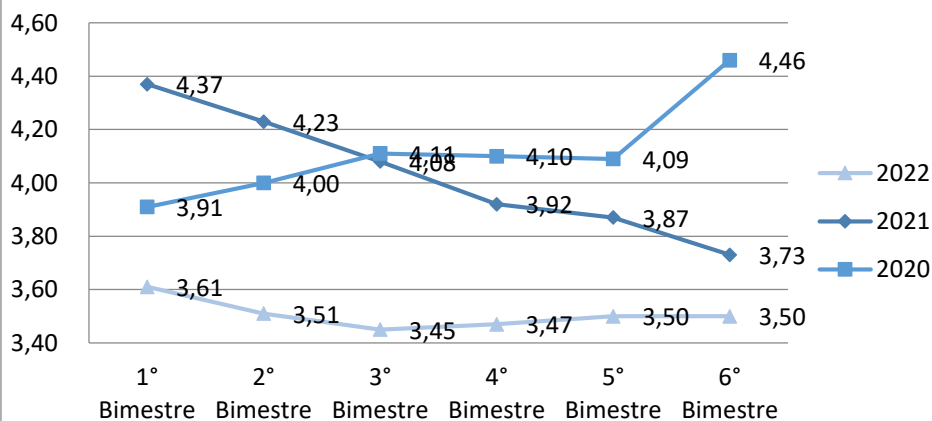
Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

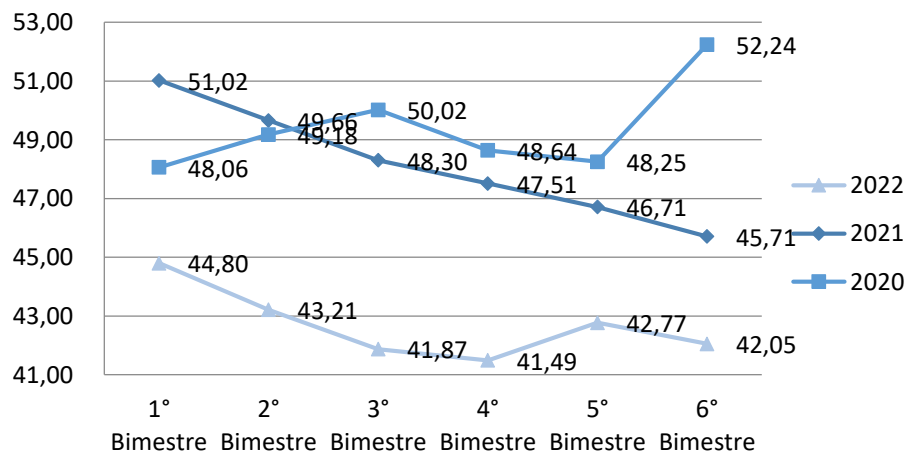
## Executivo



## Legislativo



## Consolidado





## Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

### Operações de Crédito

Demonstrativo	No Período	Até Período
Contratual Interna	3.000.000,00	3.000.000,00

Apuração	Valor	% Sobre RCL
Receita Corrente Líquida	24.930.283,53	-
Total Considerado para Fins de Apuração	3.000.000,00	12,03
Limite Geral Definido Por Resolução	3.988.845,36	16,00
Limite Alerta	3.589.960,83	14,40

### Comentário:

O município cumpriu o limite de 16% da Receita Corrente Líquida ao contrair operações de crédito no exercício.

### Demonstrativo das Metas Fiscais

Especificação	Fixadas na LDO	Execução	Diferenças
Receita Total	23.031.431,10	31.569.033,99	8.537.602,89
Receitas Primárias (I)	22.833.843,59	29.826.915,58	6.993.071,99
Despesa Total	23.031.431,10	32.569.521,47	9.538.090,37
Despesas Primárias (II)	23.016.261,56	29.648.061,17	6.631.799,61
Resultado Primário (III) = (I - II)	-182.417,97	178.854,41	361.272,38
Resultado Nominal	163.071,96	-657.141,50	-820.213,46
Dívida Pública Consolidada	293.386,36	5.578.668,38	5.285.282,02
Dívida Consolidada Líquida	-545.094,91	-3.525.516,67	-2.980.421,76

### X - Avaliação do Cumprimento dos Limites Constitucionais de Aplicação em Saúde e Educação, Previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição Federal:

A Magna Carta da República Federativa do Brasil e a legislação infraconstitucional, com o intuito de nortear as ações e projetos de governo, estabelecem limites mínimos na aplicação de recursos públicos (em educação e saúde, por exemplo) e também limites máximos de gastos (como em relação a pessoal). O escopo de tais medidas é de certa forma, reduzir o poder discricionário do



## **Município de São Martinho**

**Estado de Santa Catarina**

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

administrador público na aplicação dos recursos financeiros oriundos da arrecadação dos tributos, priorizando áreas consideradas essenciais e coibindo abusos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu como condição para o recebimento recursos de convênios, acordos e ajustes (transferência voluntária), o atendimento de várias exigências, dentre elas o cumprimento dos limites constitucionais. Veja-se o disposto no § 1º do artigo 25 da LRF:

Art. 25...

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - (VETADO)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

Dentre outras atribuições, constitui ação imprescindível do Sistema de Controle Interno o acompanhamento e verificação do cumprimento dos limites constitucionais e legais máximos e mínimos, como condição de eficácia da ação administrativa.

### **Aplicação de Recursos em Saúde 15%**

Dispõe o Artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.





## Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Atualmente o percentual mínimo de aplicação já está consolidado em 15% da receita do Município.

No exercício em análise foram liquidadas despesas em ações e serviços públicos de saúde na ordem de R\$ 4.444.253,57 correspondente a 22,05% das receitas provenientes de impostos e transferências, resultando em uma Aplicação à maior no valor de R\$ 1.420.863,68 equivalente a 7,05%, acima do limite mínimo. Verifica-se o CUMPRIMENTO do disposto no artigo nº 198 da Constituição Federal e § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições constitucionais transitórias - ADCT.

Demonstrativo da Despesa Liquidada	No Exercício
Receita Bruta de Impostos e Transferências	20.155.932,58
Despesas por Função/Subfunção	6.657.841,88
Deduções	2.213.588,31
Despesas Para Efeito de Cálculo	4.444.253,57
Mínimo a ser aplicado	3.023.389,89
Aplicação à maior	1.420.863,68
Percentual Aplicado	22,05
Superávit	7,05

Abaixo demonstrativo detalhado por bimestre dos índices da aplicação de recursos em saúde referente ao exercício de 2022:

	2022		
	Aplicação de Recursos em Saúde 15%		
	Índice	Superávit	Déficit
1º Bimestre	19,41	4,41	-
2º Bimestre	18,29	3,29	-
3º Bimestre	20,40	5,40	-
4º Bimestre	21,74	6,74	-
5º Bimestre	21,52	6,52	-
6º Bimestre	22,05	7,05	-



## Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Percebe-se que o índice de saúde aumentou de 19,41% no 1º bimestre para 22,05% no 6º bimestre.

Segue demonstração dos dados dos exercícios anteriores para melhor conhecer o comportamento histórico da aplicação de recursos em saúde do município:

2012: 19,63%

2013: 21,99%

2014: 20,63%

2015: 21,25%

2016: 20,21%

2017: 21,89%

2018: 21,26%

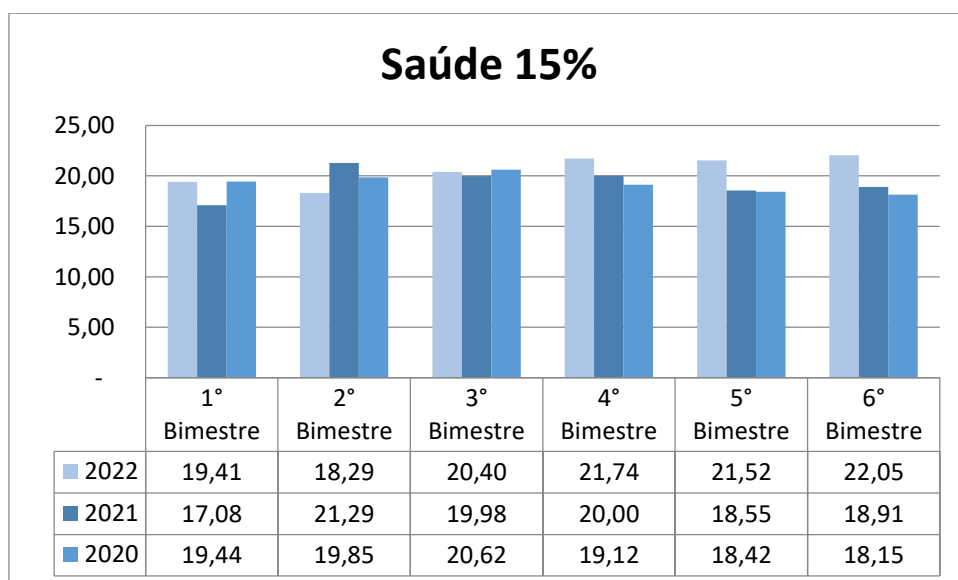
2019: 21,92%

2020: 18,15%

2021: 18,91%

2022: 22,05%

Abaixo comparativo detalhado por bimestre dos índices da aplicação de recursos em saúde dos últimos três anos:



### Aplicação de 25% dos Recursos de Impostos e Transferências Constitucionais recebidas na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

O artigo 212 da Constituição Federal estabelece que a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios



## Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

vinte e cinco por cento, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

No exercício analisado, o Município aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, comparando a Despesa Liquidada o montante de R\$ 6.368.087,69 correspondente a 29,98% da receita proveniente de impostos e transferências, sendo Aplicado a Maior o valor de R\$ 1.057.701,63 que representa SUPERÁVIT de 4,98% CUMPRINDO o disposto no artigo nº 212 da Constituição Federal.

Demonstrativo da Despesa Liquidada	No Exercício
Receita bruta de Impostos e Transferências	21.241.544,22
Despesas por função/subfunção	6.262.479,29
Deduções	-105.608,40
Resultado líquido da transf. do FUNDEB	-1.747.571,73
Despesas para efeito de cálculo	6.368.087,69
Mínimo a ser aplicado	5.310.386,06
Aplicado à Maior	1.057.701,63
Percentual aplicado	29,98
Superávit	4,98

Abaixo demonstrativo detalhado por bimestre dos índices da aplicação de recursos em educação referente ao exercício de 2022:

	2022		
	Aplicação de Recursos em Educação 25%		
	Índice	Superávit	Déficit
1° Bimestre	22,58	-	-2,42
2° Bimestre	25,94	0,94	-
3° Bimestre	26,66	1,66	-
4° Bimestre	26,45	1,45	-
5° Bimestre	28,99	3,99	-
6° Bimestre	29,98	4,98	-



## Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Segue demonstração dos dados dos exercícios anteriores para melhor conhecer o comportamento histórico da aplicação em manutenção e desenvolvimento do ensino do município:

2012: 28,50%

2013: 29,13%

2014: 25,20%

2015: 28,36%

2016: 28,34%

2017: 30,42%

2018: 29,52%

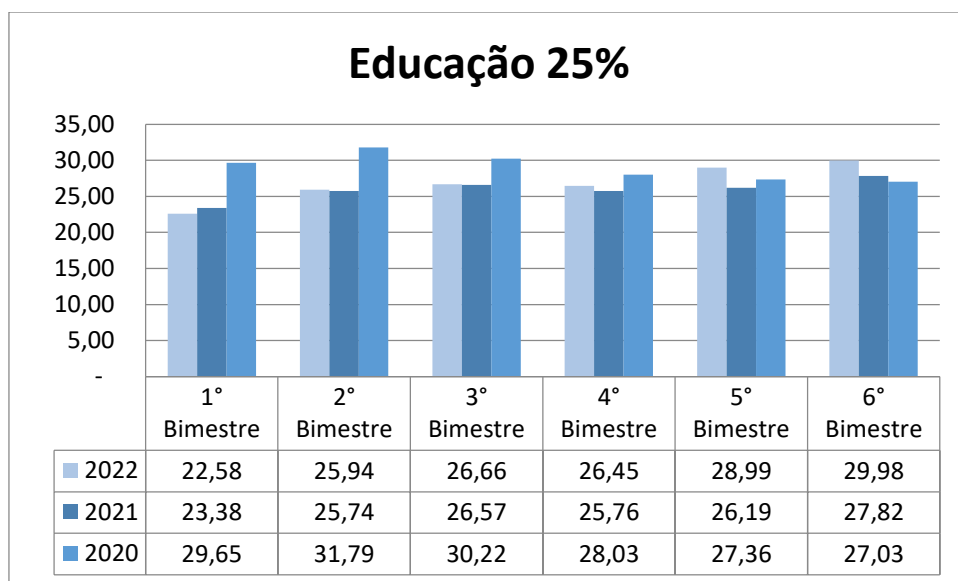
2019: 28,87%

2020: 27,03%

2021: 27,82%

2022: 29,98%

Abaixo comparativo detalhado por bimestre dos índices da aplicação de recurso em educação dos últimos três anos:



### Aplicação de 70% dos Recursos do FUNDEB na Valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

Dispõe o artigo 26 da Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020 que excluídos os recursos de que trata o inciso III do caput do art. 5º desta Lei, proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.



## Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

No exercício analisado, o Município realizou despesas Liquidadas com a remuneração dos profissionais do magistério no valor de R\$ 2.047.930,04 correspondente a 98,01% dos recursos do FUNDEB recebidos no exercício. Constata-se uma Aplicação à Maior no montante de R\$ 585.222,70 equivalente a 28,01%, CUMPRINDO o estabelecido no artigo 26 da Lei Federal nº 14.113/2020.

Demonstrativo da Despesa Liquidada	No Exercício
Receita do FUNDEB Recebida no Exercício (I)	2.089.581,92
Mínimo a ser Aplicado	1.462.707,34
Despesas para Efeito de Cálculo (II)	2.047.930,04
Aplicação à Maior	585.222,70
Percentual Aplicado (II) / (I) x 100	98,01
Superávit	28,01

Abaixo demonstrativo detalhado por bimestre dos índices da aplicação dos recursos do FUNDEB referente ao exercício de 2022:

	2022		
	Aplicação de 70% dos Recursos do FUNDEB		
	Índice	Superávit	Déficit
1° Bimestre	76,79	6,79	-
2° Bimestre	82,20	12,20	-
3° Bimestre	84,69	14,69	-
4° Bimestre	87,65	17,65	-
5° Bimestre	100,00	30,00	-
6° Bimestre	98,01	28,01	-

Segue demonstração dos dados dos exercícios anteriores para melhor conhecer o comportamento histórico da aplicação em despesas com profissionais do magistério do município:

2012: 97,57%

2013: 93,12%

2014: 91,47%





## Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

2015: 99,35%

2016: 98,39%

2017: 99,92%

2018: 96,51%

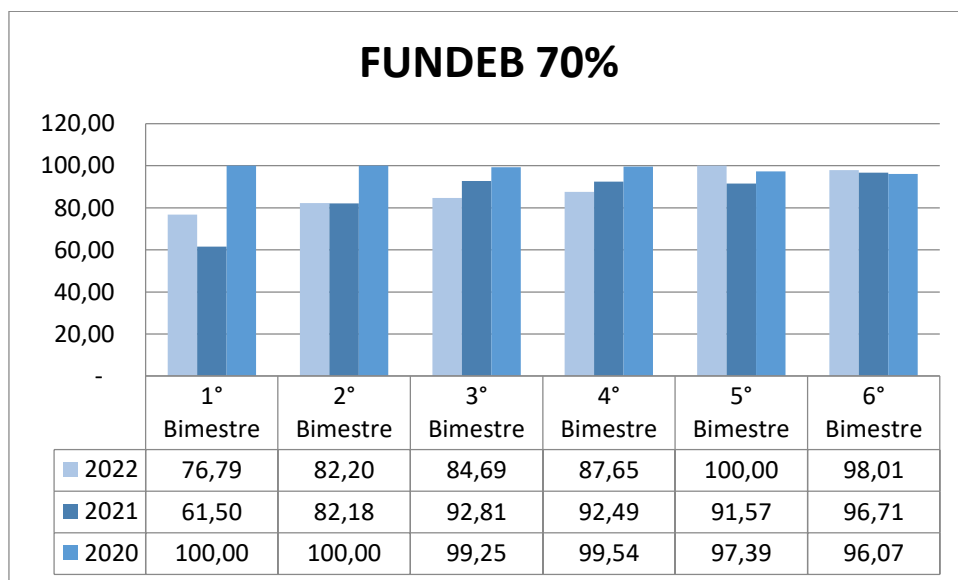
2019: 96,59%

2020: 96,07%

2021: 96,71%

2022: 98,01%

Abaixo comparativo detalhado por bimestre dos índices da aplicação dos recursos do FUNDEB dos últimos três anos:



### Comentário:

Os limites constitucionais foram devidamente cumpridos, houve um investimento maior do que é exigido pela Constituição Federal, demonstrando que o município valoriza as ações das políticas públicas nas áreas de saúde e educação.

**XVII - Relação de Convênios com União e Estado Realizados no Exercício e os Pendentes de Recebimento, Indicando o Número do Termo, Data, Valor Acordado, Valor Repassado, Valor a Receber, Respectivos Restos a Pagar Inscritos em Razão do Convênio e Demais Informações Pertinentes:**



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

## RELAÇÃO DE CONVÊNIOS COM A UNIÃO E ESTADO - CONSOLIDADO (Anexo II, Item XVII)

								Exercício:	2022
Ente Federativo	Órgão/Entidade concedente	Número do Convênio	Data Assinatura	Valor Previsto para o Convênio	Valor Previsto para o Exercício	Valor Recebido	Valor a Receber	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar decorrentes do Convênio
FEDERAL	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	940102/2022	31/12/2022	481.104,00	0,00	0,00	481.104,00	0,00	0,00
FEDERAL	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	939728/2022	31/12/2022	384.205,00	0,00	0,00	384.205,00	0,00	0,00
FEDERAL	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	923055/2021	30/12/2021	238.856,00	238.856,00	0,00	238.856,00	0,00	0,00
FEDERAL	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	916812/2021	29/12/2021	580.000,00	579.000,00	198.000,00	381.000,00	0,00	579.000,00
FEDERAL	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	913029/2021	30/08/2021	287.306,00	287.306,00	287.306,00	0,00	0,00	0,00
FEDERAL	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	906268/2020	28/12/2020	238.856,00	0,00	238.856,00	0,00	230.632,51	0,00



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

FEDERAL	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	906243/2020	28/12/2020	492.464,80	0,00	481.593,53	0,00	481.593,53	0,00
FEDERAL	MINISTÉRIO CIDADANIA	899435/2020	23/07/2020	238.750,00	238.750,00	238.750,00	0,00	232.299,82	0,00
FEDERAL	MINISTÉRIO CIDADANIA	886724/2019	14/11/2019	257.356,43	0,00	257.356,43	0,00	257.356,43	0,00
FEDERAL	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	885720/2019	06/12/2019	238.750,00	0,00	238.750,00	0,00	71.117,57	0,00
ESTADUAL	Secretaria da Saúde	2020TR000294	05/03/2020	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	38.297,00	0,00
<b>Total</b>				<b>3.587.648,23</b>	<b>1.343.912,00</b>	<b>2.090.611,96</b>	<b>1.485.165,00</b>	<b>1.311.296,86</b>	<b>579.000,00</b>



# **Município de São Martinho**

**Estado de Santa Catarina**

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

**XVIII - Relatório Sobre Eventos Justificadores de Situações de Emergência ou Calamidade Pública, com os Reflexos Econômicos e Sociais, bem como Discriminação dos Gastos Extraordinários Realizados Pelo Ente para Atendimento Específico ao Evento, Indicando Número do Empenho:**



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

## a) COVID-19

### RELATÓRIO DE EVENTOS JUSTIFICADORES DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA - CONSOLIDADO (Anexo II, Item XVIII)

				Exercício:	2022
Evento (A)	Número do Ato de Reconhecimento de Emergência ou Calamidade (B)	Período de Validade do Ato (C)	Despesa Extraordinária Empenhada no Exercício (D)	Despesa Extraordinária Liquidada no Exercício (E)	Número do Empenho (F)
Fundo Municipal de Saúde de São Martinho					
Decreta situação de emergência em todo o território de São Martinho, nos termos do COBRADE N. 1.5.1.1.0 – Doenças Infecciosas Virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19	Decreto nº 3.726/2020 de 18 de março de 2020	Início em 18/03/2020 por prazo indeterminado	-	3.432,00	1602/2021
			-	4.575,00	1620/2021
			-	2.181,04	1621/2021
			-	174,15	1622/2021
			-	13,24	1623/2021
			-	275,17	1657/2021
			-	325,50	1658/2021
			-	3.087,70	1662/2021
			-	35.186,67	892/2021
			1.714,50	1.714,50	147/2022
			30.000,00	21.174,99	845/2022
			318,72	318,72	1207/2022
			TOTAL		





# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

## b) Enxurrada de 05/05/2022

### RELATÓRIO DE EVENTOS JUSTIFICADORES DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA - CONSOLIDADO (Anexo II, Item XVIII)

				Exercício:	2022
Evento (A)	Número do Ato de Reconhecimento de Emergência ou Calamidade (B)	Período de Validade do Ato (C)	Despesa Extraordinária Empenhada no Exercício (D)	Despesa Extraordinária Liquidada no Exercício (E)	Número do Empenho (F)
Prefeitura Municipal de São Martinho					
Declara situação de emergência nas áreas do Município afetada por enxurrada - COBRADE: 1.2.2.0.0 – Enxurrada.	Decreto nº 4.090/2022 de 05 de maio de 2022.	Início em 05/05/2022 com vigência de 180 dias.	10.089,00	10.089,00	1515/2022
			6.874,00	6.874,00	1516/2022
			18.078,00	18.078,00	1547/2022
	Decreto nº 4.182/2022 de 31 de outubro de 2022.	Prorrogou por 90 dias o Decreto 4.090/2022 a partir de 01/11/2022.	15.040,00	15.040,00	1563/2022
			10.560,00	10.560,00	1564/2022
			2.500,00	2.500,00	1740/2022
			63.141,00	63.141,00	
	Fundo Municipal de Assistência Social de São Martinho				
Declara situação de emergência nas áreas do Município afetada por enxurrada - COBRADE: 1.2.2.0.0 – Enxurrada.	Decreto nº 4.090/2022 de 05 de maio de 2022	Início em 05/05/2022 com vigência de 180 dias.	104,70	104,70	191/2022
			125,00	125,00	201/2022
			48,50	48,50	208/2022
			1.100,00	1.100,00	213/2022
			103,95	103,95	228/2022
	Decreto nº 4.182/2022 de 31 de	Prorrogou por 90 dias o Decreto	91,00	91,00	240/2022
			360,00	360,00	245/2022



## Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

	outubro de 2022.	4.090/2022 a partir de 01/11/2022.	45,95	45,90	248/2022
			299,00	299,00	249/2022
			180,00	180,00	258/2022
			<b>2.458,10</b>	<b>2.458,05</b>	
<b>TOTAL</b>			<b>65.599,10</b>	<b>65.599,05</b>	



# **Município de São Martinho**

**Estado de Santa Catarina**

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

De acordo com a Defesa Civil local, o ciclone extratropical que se formou na região Sul do Estado entre os dias 2 e 5 de maio de 2022, teve como consequência na cidade de São Martinho o fenômeno denominado como enxurrada. Em apenas 72 horas, choveu no município quase 377 milímetros, o que gerou o transbordamento do Rio Capivari e seus principais afluentes.

Com a cheia, toda a população foi afetada de forma direta ou indireta, tendo em vista que as vias de saídas do município ficaram todas bloqueadas. Assim como algumas instalações da municipalidade, casas foram inundadas, famílias ficaram desalojadas e dezenas de quedas de barreiras foram registradas, além do comprometimento estrutural de pontes e obstrução de vias viscerais. A agricultura e pecuária também sofreram com a enxurrada. Felizmente, não houve registro de mortos ou feridos. Estima-se que o prejuízo provocado pela enxurrada ultrapasse os R\$ 12 milhões.

Em decorrência dos prejuízos ocasionados pelas fortes chuvas que caíram sob a região, gerando prejuízos ao Poder Público e à população local se fez necessária a assinatura do decreto que declarou Situação de Emergência no município de São Martinho no dia 5 de maio de 2022.

Após realizar um intenso levantamento dos prejuízos causados pela enxurrada a Prefeitura Municipal de São Martinho protocolou o Formulário de Informações do Desastre (FIDE) e a Declaração Municipal de Atuação Emergencial (DMATE), no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC).

O Estado de Santa Catarina homologou e o Governo Federal reconheceu, através do Ministério do Desenvolvimento Regional, a Situação de Emergência decretada em São Martinho no dia 5 do mês de maio.

Segue parte do levantamento realizado pela Defesa Civil Municipal, em cooperação com a AMUREL, EPAGRI e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com a estimativa de perdas e danos:

AGRICULTURA: R\$ 1,03 milhão

PECUÁRIA: R\$ 1,7 milhão

INDÚSTRIA: R\$ 305 mil

COMÉRCIO: R\$: 28,5 mil

**DANOS HUMANOS, MATERIAIS OU AMBIENTAIS**

Pessoas que saíram de suas residências: 05

Pessoas afetadas de forma direta: 3.157



## **Município de São Martinho**

**Estado de Santa Catarina**

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

### **AFETADOS**

Unidades Habitacionais: 38

Prejuízo: R\$ 850 mil

Instalações Públicas de Ensino: 02

Prejuízo: R\$ 85 mil

Instalações Públicas Prestadoras de Outros Serviços: 01

Prejuízo: R\$ 40 mil

Instalações Públicas de Uso Comunitário: 03

Prejuízo: R\$ 70 mil

Obras de Infraestrutura Pública: 24

Prejuízo: R\$ 9,1 milhões



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

## c) Tempestade de 01/12/2022

### RELATÓRIO DE EVENTOS JUSTIFICADORES DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA - CONSOLIDADO (Anexo II, Item XVIII)

				Exercício:	2022
Evento (A)	Número do Ato de Reconhecimento de Emergência ou Calamidade (B)	Período de Validade do Ato (C)	Despesa Extraordinária Empenhada no Exercício (D)	Despesa Extraordinária Liquidada no Exercício (E)	Número do Empenho (F)
<b>Prefeitura Municipal de São Martinho</b>					
Declara situação de emergência nas áreas do Município afetada por tempestades - COBRADE: 1.3.2.1.4 – Chuvas Intensas.	Decreto nº 4.203/2022 de 01 de dezembro de 2022.	Início em 01/12/2022 com vigência pelo prazo de 180 dias.	92,00	92,00	4232
			92,00	92,00	4233
			64,00	64,00	4236
			92,00	92,00	4237
			92,00	92,00	4238
			64,00	64,00	4242
			915,00	915,00	4258
			116,00	116,00	4281
			3.525,00	3.525,00	4286
			50,00	50,00	4295
			165,00	165,00	4326
			16.665,22	16.665,22	4398
			33.334,78	31.690,89	4399
			3.960,00	3.960,00	4414
			1.540,00	1.540,00	4415
			3.150,00	3.150,00	4416



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

			2.000,00	2.000,00	4425
			850,00	850,00	4426
			4.750,00	4.750,00	4427
			9.400,00	9.400,00	4433
			1.280,00	1.280,00	4436
			250,00	250,00	4437
			1.600,00	1.600,00	4439
			4.500,00	4.500,00	4467
			1.080,00	1.080,00	4480
			775,00	775,00	4481
			28,00	28,00	4482
			72,00	72,00	4483
			2.068,00	2.068,00	4575
			2.489,00	2.489,00	4576
			189,00	189,00	4577
			277,90	277,90	4578
			3.450,00	3.450,00	4580
			<b>98.975,90</b>	<b>97.332,01</b>	
<b>Fundo Municipal de Assistência Social de São Martinho</b>					
Declara situação de emergência nas áreas do Município afetada por tempestades - COBRADE: 1.3.2.1.4 – Chuvas Intensas.	Decreto nº 4.203/2022 de 01 de dezembro de 2022.	Início em 01/12/2022 com vigência pelo prazo de 180 dias.	1.169,10	1.169,10	602/2022
			224,50	224,50	603/2022
			2.460,00	2.460,00	610/2022
			1.264,79	1.264,79	612/2022
			874,00	874,00	622/2022





## Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

			5.992,39	5.992,39	
TOTAL			104.968,29	103.324,40	



# **Município de São Martinho**

**Estado de Santa Catarina**

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

No dia 1º de dezembro de 2022 o município de São Martinho sofreu a maior cheia de sua história. Em decorrência do alto volume de água em diversas localidades e região central, a cidade permaneceu durante todo o dia sem energia elétrica, rede telefônica e conexão de internet.

Dados da ANA - Agência Nacional de Águas mostram que o Rio Capivari atingiu a cota de 10,38 metros no dia 1º de dezembro. Isso significa que o nível do rio subiu 6,38 metros além do seu nível normal. Pelo histórico, com exceção do mês de maio, o rio local não ultrapassava seu nível de emergência (5,50 metros) há 10 anos.

No Centro, famílias precisaram ser resgatadas de bote. O rio foi monitorado durante toda a madrugada e pela manhã, a região central foi inundada. Com auxílio de um bote e da Defesa Civil em conjunto com bombeiros e populares, foi efetuado o resgate de diversas pessoas, evitando algo pior já que horas mais tarde as águas atingiram 1,5 metro de altitude na localidade.

O prefeito Robson Jean Back novamente necessitou decretar Situação de Emergência no Município de São Martinho. O documento foi publicado no Diário Oficial no início da noite do dia 1º de dezembro.

No âmbito da Administração Pública, apenas as Secretarias de Infraestrutura e Agricultura e Meio Ambiente não sofreram algum dano. No Paço Municipal, por exemplo, todos os móveis, arquivos e computadores foram perdidos/afetados.

O volume de água também gerou prejuízos no recém reformado Ginásio Municipal Francisco Eyng, no Centro Público de Convivência, CRAS, NASF, Conselho Tutelar, Centro de Atendimento ao Turista, CEI Walt Disney, Junta de Serviço Militar, Departamento de Bloco de Notas e Departamento de Tributação.

Na infraestrutura viária, a ponte localizada na Rodovia SC-436, no Km 22,3, foi interditada pela Defesa Civil após a cabeceira da passagem ceder, assim como dois pontos junto à SC-435, próximo da divisa com Armazém. No interior da cidade, diversas travessias também sofreram danos ou foram levadas pela correnteza. Já na mobilidade, deslizamentos de terra foram registrados e algumas vias ficaram em meia pista ou interditadas.

Levantamento realizado pela Defesa Civil, com informações da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, indica que oito pessoas ficaram desalojadas e outras 145 desabrigadas. Não houve registro de mortes decorrentes do fenômeno natural. As famílias desabrigadas foram amparadas momentaneamente na E.E.F. Rodolfo Rocha, recebendo no local o suporte da Administração Municipal.



## **Município de São Martinho**

**Estado de Santa Catarina**

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

No setor público, os prejuízos estimados ultrapassaram R\$ 7,5 milhões, entre obras de infraestrutura, instalações de saúde, educação e serviços. Enquanto na iniciativa privada, além das 62 residências que foram danificadas pelo evento climático, ocasionando prejuízo estimado aproximado de R\$ 2,8 milhões, diversos setores da economia local também tiveram perdas: Agricultura (R\$ 798 mil), Pecuária (R\$ 3,2 milhões), Indústria (R\$ 490 mil), Comércio (R\$ 3,4 milhões), e Serviços (R\$ 460 mil), ambas estimadas.

De imediato, a prioridade da Administração Pública foi atender às pessoas atingidas diretamente pela enchente. As famílias desabrigadas foram amparadas e uma campanha solidária também foi criada para auxiliar aos que perderam seus pertences na cheia. Municípios vizinhos, igrejas, associações e populares engajaram na mobilização e milhares de alimentos, roupas, mobiliários, produtos de higiene e limpeza foram angariados e distribuídos às famílias.

Em paralelo, várias frentes de trabalhos foram organizadas. No Paço Municipal, onde as águas subiram até 1,70 metro, móveis, computadores e demais equipamentos foram perdidos. O mesmo – ou similar – ocorreu também em diversas estruturas da Administração, como Centro de Atendimento ao Turista, Conselho Tutelar, CRAS, Centro Público de Convivência, Ginásio Municipal de Esportes, instituições de ensino, Saúde, Junta Militar e outros.

Esses espaços foram limpos por meio de força-tarefa envolvendo servidores públicos e voluntários. Entretanto, alguns serviços acabaram comprometidos temporariamente, realocados para outras estruturas ou até mesmo suspensos para eventuais avaliações de estrutura.

Na mobilidade viária, equipes das secretarias de Infraestrutura e Agricultura atuaram desde as primeiras horas do pós-enchente para recuperar ruas e pontes que tiveram o tráfego comprometido após as fortes chuvas.

O Estado também foi notificado sobre a ponte localizada na Rodovia SC-436, já que a responsabilidade da travessia é de responsabilidade do Governo e não do Município que, inclusive, não pode recuperar a passagem.

### **XIX - Manifestação Sobre as Providências Adotadas pelo Poder Público Municipal em Relação às Ressalvas e Recomendações do Tribunal de Contas Emitidas nos Pareceres Prévios Anteriores:**



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

DEMONSTRATIVO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO TCE EXERCÍCIO 2017			
Ano	Recomendações Processo PCP 18/00311203	Medidas Adotadas UCI	Postura do Gestor
2018	9.1.1 Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito, caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa nº TC – 20/2015 (fl. 2 do processo).	Comunicou os responsáveis e solicitou que fossem tomadas providências para que não aconteça a reincidência da restrição de ordem legal.	O processo de prestação de contas envolve informações de vários setores, ficando o CI muitas vezes refém desses setores para finalizar o envio de dados. Os envolvidos já foram comunicados do atraso e informados dos novos prazos para a próxima prestação de contas.
2018	9.1.2 Aplicação parcial no valor de <b>R\$ 12.891,78</b> , no primeiro trimestre de 2017, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de <b>R\$ 15.239,50</b> , mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).	Comunicou os responsáveis e solicitou que fossem tomadas providências para que não aconteça a reincidência da restrição de ordem legal.	O Contador verificou os fatos e está tomando providências para a não reincidência do erro.
2018	9.1.3 Despesas inscritas em Restos a Pagar com recursos do FUNDEB no exercício em análise, sem disponibilidade financeira, no valor de <b>R\$ 7.265,51</b> , em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso no Apêndice deste Relatório).	Comunicou os responsáveis e solicitou que fossem tomadas providências para que não aconteça a reincidência da restrição de ordem legal.	O Contador verificou os fatos e está tomando providências para a não reincidência do erro.
2018	9.1.4 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações relativas ao Lançamento de Receitas, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (capítulo 7).	Comunicou os responsáveis e solicitou que fossem tomadas providências para que não aconteça a reincidência da restrição de ordem legal.	A Prefeitura Municipal de São Martinho disponibiliza desde o exercício de 2013 os relatórios da Gestão Fiscal e outros dados relativos à receita, despesa, licitações, contratos, atos de pessoal e os demais itens exigidos por lei no site Fly Transparência, onde puderam e podem até os dias atuais serem acessados todos os dados da Prefeitura Municipal, dando total transparência da Gestão na forma da Legislação Federal. A Gestão atual está constantemente aperfeiçoando os sistemas de transparência a fim de cumprir com a legislação e as instruções desta Corte de Contas.
2018	9.2.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso II da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item 6.3).	Comunicou os responsáveis e solicitou que fossem tomadas providências para que não aconteça a reincidência da restrição de ordem regulamentar.	Em setembro de 2017 foi cadastrado o Fundo Municipal para Infância e a adolescência no Conselho Estadual de Direitos Humanos, até então o Fundo não era apto para fazer captação e gerir dinheiro, ou seja, não estava regulamentado. Para as próximas



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

			prestações de contas a serem encaminhadas a Prefeitura observará as disposições e Instrução Normativa onde fora capitulada a Restrição cumprindo as exigências legais.
2018	9.2.2 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso V da Instrução Normativa N.TC-20/2015 (item 6.6).	Comunicou os responsáveis e solicitou que fossem tomadas providências para que não aconteça a reincidência da restrição de ordem regulamentar.	Na época dos fatos, exercício de 2017, não existia no Município de São Martinho o Conselho Municipal do Idoso, ele foi instituído apenas em 2018 pela Lei Municipal 1.898/2018 de 10 de janeiro de 2018.

DEMONSTRATIVO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO TCE EXERCÍCIO 2018			
Ano	Recomendações Processo PCP 19/00280920	Medidas Adotadas UCI	Postura do Gestor
2019	9.1.1 Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito, caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa nº TC – 20/2015 (fls. 2 e 3 dos autos).	Comunicou os responsáveis e solicitou que fossem tomadas providências para que não aconteça a reincidência da restrição de ordem legal.	O processo de prestação de contas envolve informações de vários setores, ficando o CI muitas vezes refém desses setores para finalizar o envio de dados. Os envolvidos já foram comunicados do atraso e informados dos novos prazos para a próxima prestação de contas.
2019	9.1.2 Despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB no exercício em análise, sem disponibilidade financeira, no valor de <b>R\$ 2.549,21</b> , em desacordo com o artigo 85 da Lei nº 4.320/64 (Apêndice – Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos).	Comunicou os responsáveis e solicitou que fossem tomadas providências para que não aconteça a reincidência da restrição de ordem legal.	O Contador verificou os fatos e está tomando providências para a não reincidência do erro.
2019	9.1.3 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações relativas ao Lançamento de Receitas, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010 (Capítulo 7).	Comunicou os responsáveis e solicitou que fossem tomadas providências para que não aconteça a reincidência da restrição de ordem legal.	A Prefeitura Municipal de São Martinho disponibiliza desde o exercício de 2013 os relatórios da Gestão Fiscal e outros dados relativos á receita, despesa, licitações, contratos, atos de pessoal e os demais itens exigidos por lei no site Fly Transparência, onde puderam e podem até os dias atuais serem acessados todos os dados da Prefeitura Municipal, dando total transparência da Gestão na forma da Legislação Federal. A Gestão atual está constantemente aperfeiçoando os sistemas de transparência a fim de cumprir com a legislação e as instruções desta Corte de Contas.

DEMONSTRATIVO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO TCE EXERCÍCIO 2019			
Ano	Recomendações Processo PCP 20/00150360	Medidas Adotadas UCI	Postura do Gestor



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

2020	9.2.1 Divergência, no valor de R\$ 1.235,25, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 1.206.965,74) e o resultado da execução orçamentária – Superávit (R\$ 1.199.354,59) considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 6.375,90, em afronta ao artigo 85 da Lei nº 4.320/64.	Comunicou os responsáveis e solicitou que fossem tomadas providências para que não aconteça a reincidência da restrição de ordem legal.	O Contador verificou os fatos e está tomando providências para a não reincidência do erro.
2020	9.2.2 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A (II) da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010. (Capítulo 7)	Comunicou os responsáveis e solicitou que fossem tomadas providências para que não aconteça a reincidência da restrição de ordem legal.	A Prefeitura Municipal de São Martinho disponibiliza desde o exercício de 2013 os relatórios da Gestão Fiscal e outros dados relativos á receita, despesa, licitações, contratos, atos de pessoal e os demais itens exigidos por lei no site Fly Transparência, onde puderam e podem até os dias atuais serem acessados todos os dados da Prefeitura Municipal, dando total transparência da Gestão na forma da Legislação Federal. A Gestão atual está constantemente aperfeiçoando os sistemas de transparência a fim de cumprir com a legislação e as instruções desta Corte de Contas.
2020	9.2.3 Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa n.º TC- 20/2015. (fls. 2 dos autos)	Comunicou os responsáveis e solicitou que fossem tomadas providências para que não aconteça a reincidência da restrição de ordem legal.	O processo de prestação de contas envolve informações de vários setores, ficando o CI muitas vezes refém desses setores para finalizar o envio de dados. Os envolvidos já foram comunicados do atraso e informados dos novos prazos para a próxima prestação de contas.

DEMONSTRATIVO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO TCE EXERCÍCIO 2020			
Ano	Recomendações Processo PCP 21/00127149	Medidas Adotadas UCI	Postura do Gestor
2021	11.2.1 Aplicação parcial no valor de R\$ 35.088,39, no primeiro trimestre de 2020, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de R\$ 43.667,99, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).	Comunicou os responsáveis e solicitou que fossem tomadas providências para que não aconteça a reincidência da restrição de ordem legal.	O Contador verificou os fatos e está tomando providências para a não reincidência do erro.
2021	11.2.2 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações referente ao Lançamento da Receita, de modo a garantir a	Comunicou os responsáveis e solicitou que fossem tomadas providências para que não aconteça a reincidência da restrição de	A Prefeitura Municipal de São Martinho disponibiliza desde o exercício de 2013 os relatórios da Gestão Fiscal e outros dados relativos á receita, despesa,





# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

	transparência da gestão fiscal, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A (II) da Lei Complementar nº 101/2000 alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 c/c o artigo 7º, II do Decreto Federal nº 7.185/2010. (Capítulo 7)	ordem legal.	licitações, contratos, atos de pessoal e os demais itens exigidos por lei no Portal da Transparência, onde puderam e podem até os dias atuais serem acessados todos os dados da Prefeitura Municipal, dando total transparência da Gestão na forma da Legislação Federal. A Gestão atual está constantemente aperfeiçoando os sistemas de transparência a fim de cumprir com a legislação e as instruções desta Corte de Contas.
--	---	--------------	--

DEMONSTRATIVO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO TCE EXERCÍCIO 2021			
Ano	Recomendações Processo PCP 22/00186503	Medidas Adotadas UCI	Postura do Gestor
2022	10.2.1 Aplicação parcial no valor de <b>R\$ 54.014,18</b> , no primeiro trimestre de 2021, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de <b>R\$ 58.024,86</b> , mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).	Comunicou os responsáveis e solicitou que fossem tomadas providências para que não aconteça a reincidência da restrição de ordem legal.	O Contador verificou os fatos e está tomando providências para a não reincidência do erro.
2022	10.2.2 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A (II) da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009 (Capítulo 7).	Comunicou os responsáveis e solicitou que fossem tomadas providências para que não aconteça a reincidência da restrição de ordem legal.	A Prefeitura Municipal de São Martinho disponibiliza desde o exercício de 2013 os relatórios da Gestão Fiscal e outros dados relativos à receita, despesa, licitações, contratos, atos de pessoal e os demais itens exigidos por lei no Portal da Transparência, onde puderam e podem até os dias atuais serem acessados todos os dados da Prefeitura Municipal, dando total transparência da Gestão na forma da Legislação Federal. A Gestão atual está constantemente aperfeiçoando os sistemas de transparência a fim de cumprir com a legislação e as instruções desta Corte de Contas.
2022	10.2.3 Atraso na remessa da Prestação de Contas do Prefeito caracterizando afronta ao artigo 51 da Lei Complementar n.º 202/2000 c/c o artigo 7º da Instrução Normativa n.º TC- 20/2015 (fls. 2 e 3).	Comunicou os responsáveis e solicitou que fossem tomadas providências para que não aconteça a reincidência da restrição de ordem legal.	O processo de prestação de contas envolve informações de vários setores, ficando o CI muitas vezes refém desses setores para finalizar o envio de dados. Os envolvidos já foram comunicados do atraso e informados dos novos prazos para a próxima prestação de contas.





# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Durante o exercício de 2022, a Prefeitura Municipal de São Martinho buscou sempre atender as determinações e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina.

As Ressalvas e Recomendações emitidas pelo TCE foram devidamente repassadas às respectivas áreas, alertando os responsáveis envolvidos no processo, para evitar reincidências futuras.

## **XXI - Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei (federal) nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME):**

<b>Lei Municipal</b>	LEI Nº 1.705/2015, de 24 de junho de 2015
<b>Metas PNE</b>	São diretrizes do PNE: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.
<b>Metas PEE</b>	São diretrizes do PEE: I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV – melhoria da qualidade do ensino; V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Estado; VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

	<p>equidade;</p> <p>IX – valorização dos profissionais da educação;</p> <p>X – promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;</p> <p>XI – priorizar a instituição do ensino integral na rede educacional pública catarinense; e</p> <p>XII – priorizar os investimentos educacionais nos Municípios e regiões com níveis baixos de IDH e IDH-E.</p>
<b>Meta PME</b>	<p>São diretrizes do PME:</p> <p>I - erradicação do analfabetismo;</p> <p>II - universalização do atendimento escolar;</p> <p>III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;</p> <p>IV - melhoria da qualidade da educação;</p> <p>V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;</p> <p>VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;</p> <p>VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica;</p> <p>VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;</p> <p>IX - valorização dos (as) profissionais da educação;</p> <p>X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.</p>
<b>Situação do Município</b>	<p>Atualmente o município de São Martinho conta com investimento na área de educação acima da média nacional, proporcionando aos docentes e discentes um ambiente educacional adequado.</p>
<b>Avaliação da Meta</b>	<p><b>I - Educação Infantil:</b></p> <p><b>Meta 1</b></p> <p><b>Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 03 (três) anos até o final da vigência deste Plano.</b></p> <p>No ano de 2021, o município de São Martinho atendeu 60% das crianças de 0 à 3 anos em creches e 91,68% das crianças de 4 a 5 anos na pré-escola. Quanto as crianças de 0 à 3 anos foi atendida toda a demanda de matrículas, não tendo lista de espera, porém houve uma queda no percentual de atendimento devido a pandemia do novo Coronavírus. Em relação ao atendimento das crianças de 4 e 5 anos, cuja meta é universalizar até 2016, percebeu-se que o atendimento não atingiu 100% no ano proposto, porém no município não há crianças em lista de espera.</p>



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Em 2022, fez-se busca junto à Secretaria Municipal de Saúde para verificar a existência de crianças nessa faixa etária e verificou-se que algumas crianças estão matriculadas nos municípios vizinhos, como Armazém e São Bonifácio.

## II - Ensino Fundamental:

### Meta 2

**Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano**

O percentual de alunos de 6 a 14 anos que frequentam a escola é de 95,62 %. O município em todas as redes atende a demanda manifesta para essa faixa etária, acredita-se que quando tivermos dados mais atualizados e oficiais, este percentual aumente e chegue aos 100%. Percebeu-se que o atendimento não atingiu 100% no ano proposto, porém no município não há crianças em lista de espera. Em 2022, fez-se busca junto à Secretaria Municipal de Saúde para verificar a existência de crianças nessa faixa etária e verificou-se que algumas crianças estão matriculadas nos municípios vizinhos, como Armazém e São Bonifácio. Quanto aos alunos que concluem o ensino fundamental na idade recomendada, o município em 2017 está com um percentual de 78,7% (sem dados atualizados em 2022 para essa faixa etária). Para atingir os 95% estipulados pela meta até 2025, são necessárias ações em todas as redes, visto que este percentual vem diminuindo nos últimos anos.

## III - Ensino Médio:

### Meta 3

**Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).**

O percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola é de 82,5% e a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio é de 60,59%. O município pode articular ações juntamente com o Estado para atingir os percentuais previstos pela Meta até o ano proposto.

## IV - Educação Especial/Inclusiva:

### Meta 4

**Garantir, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos (às)**



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

**alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a atingir, em cinco anos, pelo menos a 75% da demanda e até o final da década a sua universalização nas escolas da rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado, públicos ou comunitários, confessionais ou filantrópicos sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público.**

No que se refere ao atendimento da população de quatro a dezessete anos de idade com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o município atende 87,3%. As redes atendem toda a demanda, oferecendo atendimento nas salas de recursos multifuncionais e monitores para os que necessitam. Para 2022 não temos dados oficiais para monitorar esta meta.

## **V - Alfabetização:**

### **Meta 5**

**Alfabetizar todas as crianças aos 6 (seis) anos de idade ou no máximo até o 3º ano do ensino fundamental aos 8 anos de idade.**

Analisando os resultados da Prova ANA, percebe-se melhora considerável nos níveis de proficiência em leitura, escrita e matemática dos alunos do 3º ano. No ano de 2017 a Prefeitura Municipal de São Martinho, através da Secretaria de Educação aderiu ao PNAIC (Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa) e também investiu em Cursos de Formação Continuada para os profissionais em Educação para alcançar melhores resultados nos próximos anos.

## **VI - Educação Integral:**

### **Meta 6**

**Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 40% (quarenta por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica, até a vigência do plano.**

Sobre a educação em tempo integral, constatou-se que 13,97% dos alunos da educação básica pública são atendidas em tempo integral e 50% das escolas públicas do município atendem pelo menos um aluno que permanece no mínimo sete horas diárias em atividades escolares. Para maior êxito no atendimento da Educação Integral é preciso estabelecer parcerias com o governo federal e estadual, a fim de ampliar os investimentos em espaços físicos próprios com o objetivo de promover maior interação com a comunidade no entorno da escola e com outros segmentos sociais, além de ampliar o quadro de profissionais da educação no desenvolvimento das ações pedagógicas necessárias.



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

## VII - Meta sobre o Aprendizado Adequado na Idade Certa:

### Meta 7

**Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais e auxiliar no alcance das médias estaduais para o Ideb:**

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Básico – IDEB, as escolas públicas do município atingiram as seguintes médias: Anos iniciais do Ensino Fundamental na rede municipal foi de 6,5 e na rede estadual foi de 6,6, alcançando a meta estabelecida para 2021. Anos finais do Ensino Fundamental foi de 5,1. Ensino Médio foi de 4,7. Para maior êxito no IDEB é preciso estabelecer parcerias com o governo federal e estadual, a fim de ampliar os investimentos em formação continuada para os profissionais da Educação para alcançar as médias previstas até 2025.

## VIII - Meta sobre a Escolaridade Média:

### Meta 8

**Elevar a escolaridade média da população a partir de 18 (dezoito) anos, de modo a alcançar no mínimo, 12 (doze) anos de estudos no último ano de vigência deste PME, para negros, populações do campo, comunidade em geral e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com vistas à redução da desigualdade social.**

Em relação a população de 18 à 29 anos com menos de 12 anos de escolaridade, o município tem um percentual de 10,4%. O percentual da população de 18 à 29 anos residente no campo com menos de 12 anos de escolaridade é de 9,7%. A escolaridade média da população de 18 à 29 anos pertencentes aos 25% mais pobres é de 8,8% e o percentual da população negra entre 18 e 29 anos com menos de 12 anos de escolaridade é de 82,1%. Vários esforços deverão ser realizados para atingir os percentuais estabelecidos pela meta. Para 2022 não temos dados oficiais atualizados para monitorar a meta.

## IX - Meta sobre a Alfabetização e Alfabetismo Funcional de Jovens e Adultos:

### Meta 9

**Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional no município.**

No que diz respeito em elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade para 98%, o município já tem o percentual de 95,8%



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

e a taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade para 50%, o município já alcançou o percentual de 36,3%. Para aumentar o percentual, em 2017 o município de São Martinho firmou parceria com o estado e está atendendo jovens e adultos na EJA- Educação de Jovens e Adultos. Para 2022 não temos dados oficiais atualizados para monitorar a meta.

## **X - Meta sobre a EJA Integrada à Educação Profissional:**

### **Meta 10**

**Difundir a Educação Profissional pública e gratuita, auxiliando no atendimento de no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio até o final do décimo ano de vigência do PME.**

Em relação a meta de oferecer, no mínimo 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, na forma integrada à Educação Profissional, segundo o Censo de 2014, o município não contava com nenhuma matrícula. No ano de 2017, o município ofereceu o ensino fundamental e médio em parceria com o estado, a EJA (Educação de Jovens e Adultos) na Escola de Educação Básica Fridolino Hülse, como forma de atingir a meta citada.

## **XI - Meta sobre Educação Profissional:**

### **Meta 11**

**Auxiliar a Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio com qualidade, preferencialmente no segmento público em regime de colaboração com os entes federados.**

Apesar de não possuir nenhuma unidade de ensino profissionalizante, semipresencial ou à distância no município, o Poder Executivo através da Secretaria de Educação oferece gratuitamente transporte para os estudantes das mais diversas instituições de ensino superior e técnico (UNISUL, FUCAP, UNIBAVE, UNIASSELVI, SENAI, SENAC, CEDUP E MICROMIX) localizadas em outras cidades vizinhas, como Tubarão, Capivari de Baixo e Orleans.

## **XII - Meta sobre a Titulação de Professores da Educação Superior:**

### **Meta 12**

**Garantir através de parcerias público/privada a melhoria na qualidade na educação superior através de ações que visem ampliar a taxa de matrícula da população de 18 acima, assegurando a qualidade da oferta, de preferência no segmento público, e proporcionar o aumento gradativo do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a incentivar os professores municipais a buscarem titulação de mestres e doutores.**





# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

Segundo os dados do Simec/PNE em Movimento, o município tem taxa bruta de matrículas na graduação de 10,7%, e a taxa líquida de escolarização na graduação de 9,1%. O município disponibiliza transporte gratuito a todos os estudantes que cursam esta modalidade em outros municípios, a fim de garantir o percentual previsto para 2025. Atualmente o município não possui docentes com Mestrado ou Doutorado.

## Meta 13

**Garantir, em regime de colaboração entre a União e o Estado no prazo de vigência deste Plano, política de formação e valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da Educação Básica e suas modalidades possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.**

De acordo com os dados oficiais do Simec/PNE em Movimento, 58,3% dos profissionais da Educação possuem curso de licenciatura na área de atuação. O município disponibiliza transporte gratuito a todos os professores que cursam esta modalidade em outros municípios, a fim de garantir o percentual previsto para 2025.

## XIII - Meta sobre Pós-Graduação:

### Meta 14

**Promover ações Inter federativa que possibilite a formação, em nível de pós-graduação 80% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.**

O município possui 19,3% de professores em nível de pós-graduação. O município oferece transporte escolar gratuito a todos que cursam esta modalidade em outros municípios, a fim de garantir o cumprimento da meta. Dessa forma, incentivando os professores municipais a buscarem titulação de mestres e doutores.

## XIV - Meta sobre Valorização do Professor:

### Meta 15

**Valorizar os profissionais de ensino da rede municipal, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.**

## XV - Meta sobre o Plano de Carreira Docente:

### Meta 16

**Assegurar, no prazo de dois anos, a atualização do Plano de Carreira do Magistério e implantação do Plano de Carreira para os Profissionais de**





# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

	<p><b>Serviço e Apoio Escolar da Rede Municipal de Ensino.</b></p> <p>As redes municipal e estadual de ensino possuem plano de carreira. A administração municipal iniciou no ano de 2017 a revisão e reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, bem como do Estatuto do Magistério, juntamente com o Plano de Cargos e Salários.</p> <p><b>XVI - Meta sobre gestão democrática:</b></p> <p><b>Meta 17</b> <b>Garantir em legislação específica, aprovadas no âmbito Municipal, condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e públicas que evidencie o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante do Sistema Municipal de Ensino, no prazo de 2 (dois) anos após a aprovação deste Plano.</b></p> <p>O município de São Martinho conta com a Lei nº 0147 de 17 de setembro de 2020 que organiza o Sistema Municipal de Ensino. A atual lei revogou a Lei nº 857/99 que encontrava-se bastante defasada. Em 2020 foi realizada a Adequação e Reformulação do Sistema Municipal de Ensino, onde o que dá autonomia ao município em tomar decisões no âmbito educacional. O projeto político pedagógico é elaborado em conjunto com toda Comunidade Escolar. A rede estadual também possui lei que institui a eleição de diretores, tem Conselhos Escolares atuantes e elabora o Projeto Político Pedagógico com a participação da comunidade escolar.</p> <p><b>Meta 18</b> <b>Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir os parâmetros estabelecidos no Plano Nacional de Educação de no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto – PIB do país no 5º ano de vigência desta Lei e no mínimo o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.</b></p> <p>A meta propõe ampliação do PIB para aplicação na Educação Pública, o que depende do Governo Federal. O município vem aplicando percentuais superiores ao percentual de 25% previsto em Lei.</p>
--	--

## XXII – Outras informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas:

No exercício de 2022 o Tribunal de Contas do Estado expediu alguns ofícios solicitando informações, segue abaixo a relação:

- Ofício Circular SEI/TCE/SC/PRES/GAP/1/2022 de 05/01/2022 solicitando informações a respeito da aplicabilidade da Lei (federal) n. 13.784/2019 e da Lei (estadual) n. 18.091/2021;



## **Município de São Martinho**

**Estado de Santa Catarina**

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

- Ofício TCE/SC/SEG/3679/2022 de 15/03/2022 solicitando informações a respeito das ações de precaução contra a COVID-19 para o período de Carnaval e início do ano letivo;
- Questionário sobre as eventuais regulamentações já editadas para regulamentar a nova Lei de Licitações no âmbito do Município;
- Ofício TCE/DIE n. 6.033/2022 de 28/04/2022 solicitando informações a respeito do Projeto InterAgir;
- Ofício Circular SEI/TCE/SC/PRES/GAP/4/2022 de 12/05/2022 a respeito de questionário para diagnóstico das controladorias internas municipais;
- Questionário acerca de transferências voluntárias, diárias e adiantamentos;
- Ofício Circular SEI/TCE/SC/PRES/GAP/5/2022 de 26/05/2022 solicitando informações a respeito da aplicabilidade da Lei (federal) n. 13.784/2019 e da Lei (estadual) n. 18.091/2021;
- Trilhas de Auditoria: “Empenhos a Credores com situação irregular no CNPJ”;
- Ofício Circular SEI/TCE/SC/PRES/GAP/7/2022 de 20/06/2022 referente o preenchimento dos sete questionários eletrônicos de caráter institucional e obrigatório, previsto no art. 35 da Instrução Normativa N. TC-020/2015, com alterações contidas na Instrução Normativa N. TC-024/2016 que captarão as informações necessárias à elaboração dos indicadores e resultados que compõem o Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM/TCESC;
- Ofício Circular SEI/TCE/SC/PRES/GAP/8/2022 de 24/06/2022 a respeito do Programa Nacional de Transparência Pública;
- Questionário para atualização do diagnóstico das situações municipais relacionadas aos SIAFIC;
- Questionário sobre obras financiadas com recurso federal provenientes do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), Fundo Nacional da Educação (FNDE) e Ministério da Saúde (MS) que estavam paralisadas e foram retomadas entre os anos de 2019 e 2022;
- Questionário sobre transporte escolar oferecidos pelos municípios catarinenses, seja diretamente ou por meio de empresas contratadas com essa finalidade;
- Ofício Circular SEI/TCE/SC/PRES/GAP/11/2022 de 14/11/2022 a respeito do preenchimento de Questionário de Monitoramento e Avaliação do PEE/SC;
- Ofício TCE/DIE nº 19118/2022 de 11/11/2022 solicitando informações a respeito da ausência de remessas de empenhos;
- Ofício TCE/SC/SEG/ 21051/2022 de 05/12/2022 solicitando informações a respeito da @REP 21/00457793;

Todos os ofícios recebidos por esta controladoria foram enviados aos respectivos responsáveis e devidamente respondidos com as informações solicitadas.



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

## Ações Desenvolvidas

Cursos e treinamentos realizados em 2022:

- Evento Tira-dúvidas Online promovido pela empresa Betha Sistemas a respeito do envio de informações ao e-Sfinge online dos Módulos Planejamento, Execução Orçamentária, Registros Contábeis e Gestão Fiscal, realizado no dia 04 de março de 2022;
- Live de Lançamento do Sistema de Comunicação, promovida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, transmitida pelo Canal do TCE/SC do Youtube no dia 15 de março de 2022;
- Evento Café da Manhã Virtual e Conteúdo – SIAFIC e Atualizações Contabilidade Pública, promovido pela ASSEFIN-SP realizado no dia 07 de abril de 2022;
- Evento Tira-dúvidas e-Sfinge Online Contábil Cloud, promovido pela empresa Betha Sistemas realizado no dia 28 de abril de 2022;
- Evento Radar Contabilidade Pública – EFD-REINF Conceitos Gerais e Especificidades para o Setor Público, promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina realizado de forma virtual no dia 09 de maio de 2022;
- Ação Educacional 2ª etapa do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção: Implementação Prática do Roteiro de Atuação, promovido pelo Tribunal de Contas da União – TCU realizado de forma virtual no dia 19 de maio de 2022;
- Evento Capacitação e-Sfinge On-line Módulo Atos de Pessoal, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, transmitido pelo Canal do TCE/SC do Youtube no dia 28 de junho de 2022;
- Treinamento Programa Nacional de Transparência Pública, promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON realizado de forma virtual no dia 01 de julho de 2022;
- 22ª Edição do Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina de forma virtual, transmitido pelo Canal do TCE/SC do Youtube nos dias 12 a 14 de julho de 2022;
- Workshop e Treinamento – Novas regras de prestação de contas EFD – Reinf, promovido pela Associação de Municípios da Região de Laguna – AMUREL no dia 03 de agosto de 2022;
- 2ª etapa do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção: Controles Preventivos, promovido pelo Tribunal de Contas da União – TCU realizado de forma virtual no dia 18 de agosto de 2022;
- Palestra Conversando Sobre LGPD com Marcilio Braz, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, transmitido pelo Canal do TCE/SC do Youtube no dia 05 de setembro de 2022;



## **Município de São Martinho**

**Estado de Santa Catarina**

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

- Capacitação e-Sfinge On-line Módulos: planejamento, execução orçamentária, gestão fiscal e registros contábeis, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, transmitido pelo Canal do TCE/SC do Youtube no dia 09 de setembro de 2022;

- NOVIDADES DO CIGA DIÁRIO - DOM/SC: Acervo Público, Links de Pesquisa, Autopublicações e Integração e-Sfinge TCE/SC, promovido pelo CIGA, transmitido pelo Canal do CIGA do Youtube no dia 14 de setembro de 2022;

Durante o exercício de 2022 foram realizadas diversas atividades pela Controladoria Interna Municipal, muitas delas não são documentadas, apenas ocorrem no dia a dia, com orientações verbais.



# Município de São Martinho

Estado de Santa Catarina

Rua Francisco Beckhauser, 70 - Centro - 88765-000

CNPJ. 82.836.818/0001-03

## Considerações Finais

Considerando, que os resultados das verificações efetuadas no decorrer do exercício de 2022 revelaram algumas irregularidades e falhas de ordem formal, algumas corrigidas tempestivamente outras não, entretanto, nenhuma que traga prejuízos ao erário público.

Considerando que as medidas adotadas visam à prevenção de novas irregularidades e falhas da mesma natureza;

Considerando que o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e executadas através da Lei Orçamentária Anual, podem ser entendidas como satisfatórias;

Considerando o cumprimento do percentual de gastos mínimos com ações e serviços de saúde;

Considerando o cumprimento do percentual de gastos mínimos na manutenção e desenvolvimento do ensino;

Considerando o acompanhamento e a observância aos limites de gastos com pessoal, demonstrando o cumprimento do art. 19 e 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considerando a observância e cumprimento dos princípios fundamentais da contabilidade na execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Nestes termos, a Controladoria Geral do Município de São Martinho conclui por entender que os controles internos praticados com vistas a prevenir erros, falhas, ilegalidades, fraudes e desperdícios foram entendidos como satisfatórios, assim como as medidas tomadas para regularização das pendências, considerando dessa forma, adequadas às contas do exercício de 2022 expressas no balanço geral, salvo os apontamentos efetuados no relatório.

---

Andressa Hellmann

Controladora Interna